



BENEFÍCIOS DO PNAE E LIMITAÇÕES NA SUA OPERACIONALIZAÇÃO NO ALTO URUGUAI CATARINENSE

Área Temática: Trabalho

Universidade Federal da Fronteira Sul/Chapecó (UFFS)

Autores: J. G. LEITE¹; J. L. BERTO²; A. PRANDO³; R. F. SCHNEIDER⁴; V. ZONIN⁵

Introdução

A redução da pobreza rural é um dos maiores desafios à sociedade moderna. Embora muitos avanços tenham sido realizados nas últimas duas décadas, principalmente em regiões como Ásia e América Latina, cerca de 700 milhões de pessoas – na maioria agricultores familiares - ainda vivem em condição de extrema pobreza em todo mundo (ROSER; ORTIZ-OSPINA, 2016).

A persistência da pobreza no campo motivou a busca por estratégias alternativas para promoção da agricultura familiar (JANVRY; SADOULET, 2007). A partir de 1990 a abordagem territorial ao desenvolvimento rural, ganha força com a publicação de uma série de experiências, tais como clusters e sistemas produtivos locais, principalmente na Europa e nas Américas (ABRAMOVAY, 2003).

No Brasil, uma das iniciativas mais importantes no âmbito das políticas de desenvolvimento territorial, foi introduzida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar em 2009 (Pnae; BRASIL, 2009). O Pnae compõe um grupo de políticas socioassistenciais voltadas ao combate à fome e redução da pobreza, incluindo programas como o bolsa família, bolsa escola, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), restaurantes populares, banco de alimentos, entre outros. O objetivo deste trabalho é explorar os benefícios e limitações na operacionalização do Pnae nos municípios da região do Alto Uruguai Catarinense, incluindo perspectivas locais ao fortalecimento de políticas de desenvolvimento rural.

¹ João Guilherme Dal Belo Leite (Professor UFFS/Agronomia)

² James Luiz Berto (Professor UFFS/Agronomia)

³ Andréia Prando (Assessora Territorial para Gestão Social/Nedet Alto Uruguai)

⁴ Robson Fernando Schneider (Assessor Territorial para Inclusão Produtiva/Nedet Alto Uruguai)

⁵ Valdecir Zonin (Professor UFFS/Agronomia)

Metodologia

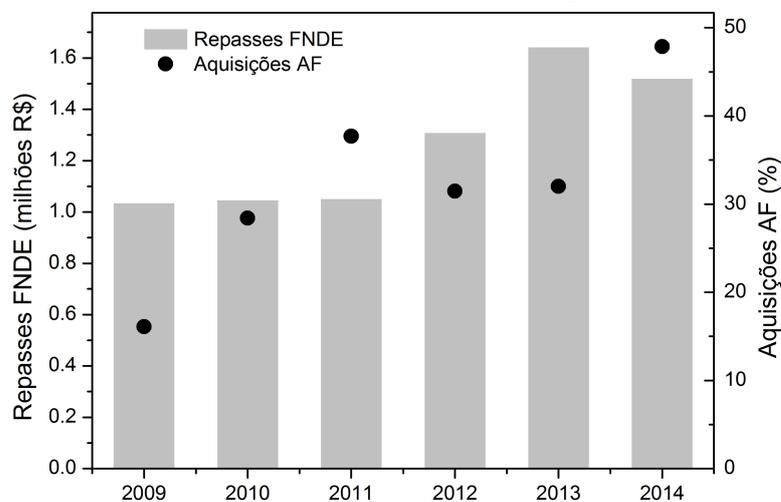
Em novembro de 2014 o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (Nedet) elaborou, planejou e coordenou três seminários microrregionais, atendendo aos 16 municípios pertencentes ao território Alto Uruguai do estado de Santa Catarina. O território do Alto Uruguai Catarinense é composto pelos municípios de Alto Bela Vista, Arabutã, Arvoredo, Concórdia, Itá, Ipira, Ipumirim, Irani, Jaborá, Lindóia do Sul, Paial, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara e Xavantina. O objetivo central dos seminários foi discutir o planejamento de ações estratégicas do CODETER e a operacionalização do Pnae, com ênfase na dinâmica produtiva da agricultura familiar na região. A coleta de dados utilizou questionário semiestruturado aplicado aos 16 municípios durante a realização dos seminários microrregionais. Os representantes de cada município (agricultores, extensionistas, pesquisadores, ONGs, cooperativas) foram separados em grupos individuais. Em cada grupo, as questões foram discutidas e uma resposta consensual foi coletada. As atividades foram realizadas no âmbito do projeto de extensão “Consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural sustentável para Santa Catarina” da UFFS/CNPq/MDA.

Desenvolvimento e processos avaliativos

De 2009 a 2014, houve avanços tanto nos repasses do Fnde para a alimentação escolar, quanto nas aquisições da agricultura familiar. Os dados combinados para os municípios do Alto Uruguai Catarinense destacam o aumento nos repasses do Fnde, de um milhão de reais de 2009 a 2011 para 1.6 milhões de reais em 2013 (Figura 1). A evolução das aquisições da agricultura familiar foi ainda mais significativa. Em 2009 apenas 16% dos repasses do Fnde eram destinados a aquisições da agricultura familiar, portanto, abaixo do previsto no marco legal do Pnae (i.e., 30%). Nos anos seguintes a participação da agricultura familiar nos repasses do Fnde aumentou em 200%, passando de 16% para aproximadamente 48% em 2014 (Figura 1). A expansão dos repasses do Fnde, assim como das aquisições da agricultura familiar no Alto Uruguai Catarinense acompanham uma tendência nacional do Pnae. Segundo o Fnde o volume de recursos destinados ao programa evoluiu de 3.3 bilhões de reais em 2012 para 3.7 bilhões de reais em 2015 (Fnde, 2016). No entanto, o potencial da agricultura familiar entre os municípios do Alto Uruguai não está esgotado. Destaque aos produtos in natura ou processados, produzidos em excesso em alguns municípios, enquanto em outros faltam ou são inexistentes. Alguns exemplos são abacaxi, banana, chuchu, pêssego e tomate. Entre os benefícios percebidos do programa pelos entrevistados, os destaques foram para a valorização da agricultura familiar, qualidade da alimentação escolar e desenvolvimento da economia local. Tais benefícios também foram identificados em outras regiões do país

(SAMBUICHI et al., 2014) e, de certa forma, consolidam-se entre os principais resultados do programa. Embora o programa tenha promovido avanços, os municípios destacam dificuldades para sua operacionalização. As limitações mais citadas são logística de entrega, exigências sanitárias e repasses insuficientes.

Figura 1 - Repasses de recursos financeiros pelo Fnde e fração destes recursos (%) destinados à aquisição de produtos da agricultura familiar (AF) no Alto Uruguai Catarinense.



Fonte: Fnde (2016).

Considerações Finais

A expansão do mercado intermunicipal para venda de produtos da agricultura familiar, no âmbito do Pnae, oferece oportunidades aos municípios do Alto Uruguai. No entanto, logística de comercialização e exigências sanitárias estão entre os principais obstáculos ao avanço da dinâmica territorial ou intermunicipal do programa na região. Muitos agricultores e cooperativas da agricultura familiar são incapazes de operacionalizar suas vendas por limitações no transporte, processamento e armazenamento dos produtos.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
- BRASIL. Lei N° 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica Brasil, 2009.
- Fnde. **Dados da agricultura familiar**. 2016. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- JANVRY, A. De; SADOULET, E. Toward a territorial approach to rural development. **Journal of Agricultural and Development Economics**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 66–98, 2007.
- ROSER, M.; ORTIZ-OSPINA, E. **World poverty**. 2016. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/world-poverty/>>. Acesso em: 16 dez. 2016.
- SAMBUICHI, R. H. R. et al. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). In: SAMBUICHI, R. H. R. et al. (Eds.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília, DF: IPEA, 2014. p. 75–104.